

RUMO À 5ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres (5ª CNPM) Mais Democracia, Mais Igualdade, Mais Conquistas para Todas

A 5ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres (5ª CNPM) representa um marco fundamental na reafirmação do compromisso do Brasil com a promoção dos direitos das mulheres em toda a sua diversidade, especialmente das mulheres trabalhadoras que enfrentam desafios estruturais em seus territórios e seus locais de trabalho. Estruturada em uma metodologia que privilegia a mobilização ampla e democrática em todo o país, a 5ª CNPM está organizada em etapas preparatórias — que incluem conferências livres, municipais, regionais, estaduais e distritais —, cujos encontros visam garantir a escuta ativa das diferentes realidades e demandas de grupos como mulheres trabalhadoras, pescadoras, marisqueiras, quilombolas, mulheres trans, lésbicas, entre outras.

Este processo participativo é essencial para a construção de diagnósticos locais precisos e para o fortalecimento de políticas públicas que reflitam as múltiplas formas de vivência na vida, no trabalho e na vida política do país. Em especial, destaca-se a necessidade urgente de consolidar políticas de cuidados que assegurem às mulheres trabalhadoras condições dignas para a conciliação entre suas responsabilidades profissionais e familiares, compartilhamento dos cuidados entre homens, mulheres e Estado, superando barreiras estruturais que historicamente relegam a elas a maior parte da organização social do cuidado.

A edição da 5ª CNPM ocorre em um contexto de reconstrução nacional, marcado pelo desafio de reverter retrocessos recentes e de avançar na implementação de políticas públicas que garantam autonomia, igualdade de gênero, inclusão social e o enfrentamento das violências contra as mulheres. A defesa inegociável da democracia e a promoção da participação plural das mulheres em todas as esferas decisórias são princípios centrais desta Conferência, que reafirma a transversalidade e a universalidade das políticas de gênero, incluindo o fortalecimento das redes de proteção e cuidado que sustentam a vida das mulheres trabalhadoras.

Este documento de diretrizes debatido nas Conferências Livres promovido pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria (CNTI) pretende contribuir para os debates e formulação de políticas durante a 5ª CNPM, destacando as estratégias que promovem direitos trabalhistas, sociais e de cuidado, e fortalecendo a construção coletiva de uma agenda que coloque as mulheres no centro da democracia, do desenvolvimento social e da justiça econômica no Brasil.

Diretrizes para garantir Mais Democracia, Mais Igualdade, Mais Conquistas para Todas:

1. Geração de trabalho e renda

Os Estados devem implementar políticas ativas de emprego voltadas às mulheres, com ações específicas para mulheres negras.

2. Igualdade salarial

Garantir a efetivação da lei de igualdade salarial, com envolvimento das entidades sindicais no monitoramento e na promoção da equidade nos ambientes de trabalho.

3. Convenções internacionais

É fundamental ratificar e aplicar convenções da OIT que promovem igualdade no trabalho, como as C100, C111, C156 e C190, entre outras voltadas à proteção ao emprego e à jornada de trabalho.

4. Redução da jornada de trabalho e fim da escala 6x1

Reduzir a jornada sem redução de salários e eliminar a escala 6x1, aproveitando os avanços tecnológicos, para garantir tempo livre e partilha dos cuidados.

5. Educação e qualificação

Criar programas de bolsas e formação para mulheres, em áreas de Ciência, Tecnologia, Engenharia e Matemática, promovendo acesso a melhores empregos.

- Garantir programa de qualificação que assegurem emprego diante das novas tecnologias;
- Instituir política de qualificação profissional e geração de emprego e renda, sobretudo para mulheres em situações de vulnerabilidades.

6. Agricultura familiar

Apoiar a produção agroecológica coordenada por mulheres, com acesso a crédito e canais de comercialização.

7. Economia solidária

Fortalecer iniciativas de economia solidária para todas as mulheres que enfrentam desigualdades no mercado de trabalho tradicional, promovendo autonomia, participação social e desenvolvimento sustentável.

8. Trabalho doméstico

Assegurar todos os direitos trabalhistas, sociais e sindicais às trabalhadoras domésticas.

9. Serviços públicos e política de cuidados

Garantir acesso universal e de qualidade à saúde, educação, seguridade e serviços de cuidado em todas as fases da vida, escolas e creches em tempo integral, espaços de cuidado para idosos e deficientes, lavanderias e restaurantes públicos, com uma Política Nacional de Cuidados.

10. Previdência social

- Garantir o benefício da previdência social a todas as crianças com deficiência e neurodivergentes;
- Assegurar o direito à previdência social a todas as mulheres do campo, da cidade e da floresta, tanto em atividades produtivas quanto reprodutivas.

11. Licenças parentais

Estabelecer licença-maternidade mínima de 180 dias, com acesso também às trabalhadoras informais; ratificar a Convenção 183 da OIT; garantir licença-paternidade igualitária e o direito à amamentação após o retorno ao trabalho.

12. Violência e assédio no trabalho

Implementar políticas públicas e medidas nas empresas para prevenir e combater a violência e o assédio no trabalho, assegurando ambientes seguros.

13. Proteção às vítimas de violência doméstica

Garantir estabilidade no emprego, apoio psicológico e jurídico às trabalhadoras vítimas de violência, além de ações de conscientização nos locais de trabalho.

14. Acesso a vagas de emprego

Incentivar empresas a:

- Usar critérios objetivos e linguagem inclusiva na divulgação de vagas;
- Oferecer vagas exclusivas para mulheres e mulheres negras;
- Descentralizar a oferta para setores onde há sub-representação feminina;
- Promover a sensibilização das equipes de RH sobre igualdade de gênero, raça, mulheres regressas do sistema penitenciário e mulheres em situação de rua;
- Promover a inclusão das trabalhadoras Trans e LGBTQIA+ no mercado de trabalho combatendo a discriminação e garantir o acesso de oportunidade.

15. Negociação coletiva

Incentivar a negociação de cláusulas específicas de igualdade de gênero (mulheres trans e LGBTQIA+) e raça entre sindicatos e empresas, promovendo mudanças efetivas no mundo do trabalho.

Ao final foram aprovadas 15 propostas, dentre as 15 foram escolhidas 3 propostas consensuais que irão constar na plataforma Brasil Participativo com os seguintes números: 5, 11 e 13.

5 Educação e qualificação

Criar programas de bolsas e formação para mulheres, em áreas de Ciência, Tecnologia, Engenharia e Matemática, promovendo acesso a melhores empregos.

- Garantir programa de qualificação que assegurem emprego diante das novas tecnologias;
- Instituir política de qualificação profissional e geração de emprego e renda, sobretudo para mulheres em situações de vulnerabilidades.

11 Licenças parentais

Estabelecer licença-maternidade mínima de 180 dias, com acesso também às trabalhadoras informais; ratificar a Convenção 183 da OIT; garantir licença-paternidade igualitária e o direito à amamentação após o retorno ao trabalho.

13 Proteção às vítimas de violência doméstica

Garantir estabilidade no emprego, apoio psicológico e jurídico às trabalhadoras vítimas de violência, além de ações de conscientização nos locais de trabalho.

A conferência livre de mulheres trabalhadoras nas indústrias, organizada pela CNTI, elege delegadas para representação foram feitas 10 candidaturas que são elas: Jaty Farias, Andreia, Luci, Ariadi, Renata, Demise, Irani, Cynthia, Paula e Joelma. Após votação, Lucy e Demise são eleitas como titulares, enquanto Ariadi e Renata como suplentes.